CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2025

Solicita ao Ministério das Comunicações informações sobre o reajuste salarial da alta cúpula da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministérios das Comunicações requerimento de informações sobre o reajuste salarial da alta cúpula da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Nos últimos anos, os Correios vêm enfrentando uma grave deterioração financeira. Em 2024, a estatal registrou um prejuízo de R\$ 2,6 bilhões — o maior déficit anual desde 2016 — e acumula dois anos consecutivos de resultados negativos. Apesar disso, o presidente da empresa, Fabiano Silva dos Santos, obteve um reajuste de 14% em sua remuneração desde que assumiu o cargo, com elevação proporcional de benefícios como auxíliomoradia, previdência complementar e alimentação¹. Os diretores também tiveram aumento salarial, mesmo em meio ao cenário de desequilíbrio fiscal e lançamento de um plano emergencial de contenção de despesas.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

¹ https://www.metropoles.com/brasil/presidente-dos-correios-reajustou-proprio-salario-em-14-em-dois-anos





CÂMARA DOS DEPUTADOS



- Quais foram os atos normativos, pareceres técnicos e decisões que fundamentaram os reajustes salariais da presidência e da diretoria dos Correios nos anos de 2023 e 2024? Favor encaminhar cópia dos documentos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral da estatal.
- 2. Qual o custo total anual, por exercício (2023 e 2024), com remuneração e benefícios da presidência e da diretoria executiva dos Correios, discriminando salários, auxílios, gratificações, previdência complementar, honorários de conselho, plano de saúde e outros pagamentos?
- 3. A recomposição salarial da alta cúpula foi precedida de estudo de impacto orçamentário? Caso positivo, favor encaminhar cópia.
- 4. Quais são os investimentos previstos com o financiamento de R\$ 3,8 bilhões em captação com o New Development Bank (NDB)?
- 5. O projeto "Correios do Futuro", incluindo o marketplace e a ampliação do market share internacional, já possui cronograma definido, metas de execução e análise de risco? Favor encaminhar documentos técnicos disponíveis.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dois anos, os Correios acumularam prejuízos crescentes, atingindo a cifra de R\$ 2,6 bilhões em 2024 — valor quatro vezes superior ao registrado no ano anterior e o maior desde 2016. Apesar desse cenário crítico, a presidência da estatal foi beneficiada com sucessivos reajustes salariais que, somados, representaram um aumento de 14% na remuneração. A diretoria da empresa também recebeu aumentos significativos e mantém o acúmulo de benefícios diversos, enquanto a empresa afirma estar em processo de reestruturação e controle de gastos.

Embora a empresa alegue que os reajustes tenham seguido autorizações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e





CÂMARA DOS DEPUTADOS



deliberação da Assembleia Geral, surgem fundadas dúvidas sobre a conveniência, a razoabilidade e a legitimidade dessas decisões em face da situação orçamentária e do interesse público. O aumento da remuneração de dirigentes em uma empresa pública deficitária, enquanto se impõem medidas de contenção à base do funcionalismo, levanta sérios indícios de afronta aos princípios da moralidade, eficiência e economicidade.

Adicionalmente, os Correios vêm recorrendo a operações de crédito para garantir capital de giro, comprometendo parte do orçamento com amortizações e encargos financeiros, ao mesmo tempo em que anunciam parcerias e projetos de expansão sem a devida transparência orçamentária ou cronograma claro de execução.

Diante desse quadro, é dever do Parlamento exercer sua função fiscalizadora, buscando identificar a origem das decisões administrativas, os parâmetros utilizados, os impactos financeiros decorrentes e a coerência dessas medidas com os objetivos institucionais da empresa. A obtenção dessas informações é indispensável para avaliar se os atos da gestão atual estão em conformidade com o interesse público e com os limites da responsabilidade na administração de bens e recursos pertencentes à coletividade.

Por essas razões, justifica-se a formulação deste requerimento de informações, a fim de esclarecer os critérios adotados pela gestão dos Correios e assegurar o controle parlamentar sobre os atos da administração pública federal.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2025.



